



## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS**

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

31 de dezembro de 2014 e 2013

com Relatório dos Auditores Independentes  
e Relatório da Administração



## Índice

31 de dezembro de 2014 e 2013

## Índice

DADOS DA INSTITUIÇÃO	3
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	8
BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO)	9
BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO)	10
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - CONTINUAÇÃO	12
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 11)	13
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL	15
NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
NOTA 03 – SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS	15
NOTA 04 - CONTAS A RECEBER	18
NOTA 05 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)	18
NOTA 06 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)	19
NOTA 07 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)	20
NOTA 08 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)	20
NOTA 09 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
NOTA 10 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	20
NOTA 11 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO	21
NOTA 12 - PROVISÃO PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES	21
NOTA 13 - RECEITAS	21
NOTA 14 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS	21
NOTA 15 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	22
NOTA 16 - COBERTURA DE SEGUROS	22
NOTA 17 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	22
NOTA 18 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS	22
NOTA 19 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)	22
NOTA 20 – OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO	23
NOTA 21 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DE BOLSAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	23
NOTA 22 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO BÁSICA	24
NOTA 23 - DEMONSTRATIVO DE BOLSAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR (ENTIDADE COM ProuNI)	25
NOTA 24 – DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ENSINO SUPERIOR (ENTIDADE COM ProuNI)	26
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	29

# Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

## Dados da Instituição

31 de dezembro de 2014 e 2013



## DADOS DA INSTITUIÇÃO

### Sede Matriz:

#### **Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação**

CNPJ 76.726.884/0001-28

Rua João Carlos de Souza Castro, 82 – Guabirota – Curitiba / PR

### Sedes Administrativas:

#### **Sede Administrativa Região Central Paranaense**

CNPJ 76.726.884/0123-04

Rua Deputado João Ferreira Neves, 159 – Vista Alegre – Curitiba / PR

#### **Sede Administrativa Região Sul Paranaense**

CNPJ 76.726.884/0052-78

Avenida Senador Salgado Filho, 5280 – Uberaba – Curitiba / PR

#### **Sede Administrativa Região Norte Paranaense**

CNPJ 76.726.884/0119-10

Avenida Carlos Correia Borges, 1336 – Jardim Iguazu – Maringá / PR

#### **Sede Administrativa Região Oeste Paranaense**

CNPJ 76.726.884/0066-73

Rua Pernambuco, 1564 – Centro – Cascavel / PR

#### **Sede Administrativa Região Sul Catarinense**

CNPJ 76.726.884/0059-44

Rua Gisela, 900 Barreiros – São José / SC

#### **Sede Administrativa Região Norte Catarinense**

CNPJ 76.726.884.0126/49

Rua Joaçaba, 355 – Saguçu – Joinville / SC

### Internatos:

#### **Instituto Adventista Paranaense**

CNPJ 76.726.884/0003-90

Gleba Paissandu, Lote 80 – Zona Rural – Ivatuba / PR

#### **Instituto Adventista de Educação de Santa Catarina**

CNPJ 76.726.884/0044-68

Rodovia BR 101, Km 64 – Corveta – Araquari / SC

### Faculdade:

Faculdade Adventista Paranaense

CNPJ 76.726.884/0124-87

Gleba Paissandu, Lote 80 – Zona Rural – Ivatuba / PR

# Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

## Dados da Instituição

31 de dezembro de 2014 e 2013



### Unidades Escolares:

#### **Colégio Adventista do Alto Boqueirão**

CNPJ 76.726.884/0055-10

Rua Bom Pastor, 606 – Alto Boqueirão – Curitiba / PR

#### **Colégio Adventista do Bom Retiro**

CNPJ 79.080.602/0047-39

Rua Lysimaco Ferreira da Costa, 980 – Bom Retiro – Curitiba / PR

#### **Colégio Adventista do Centenário**

CNPJ 76.726.884/0067-54

Rua Argélia, 85 – Cajuru – Curitiba / PR

#### **Colégio Adventista de Telêmaco Borba**

CNPJ 76.726.884/0031-43

Rua Professor Ney de Oliveira Pimenta, 84 – Centro – Curitiba / PR

#### **Colégio Adventista do Boa Vista**

CNPJ 76.726.884/0057-82

Rua Fernando de Noronha, 470 – Santa Cândida – Curitiba / PR

#### **Colégio Adventista do Boqueirão**

CNPJ 76.726.884/0015-23

Rua Tenente Francisco Ferreira de Souza, 2218 – Boqueirão – Curitiba / PR

#### **Colégio Adventista do Portão**

CNPJ 76.726.884/0016-04

Rua Maranhã, 06 – Portão – Curitiba / PR

#### **Colégio Adventista de Campo Mourão**

CNPJ 76.726.884/0010-19

Rua Roberto Brzezinski, 1509 – Centro – Campo Mourão / PR

#### **Colégio Adventista de Cascavel**

CNPJ 79.080.602/0043-05

Rua Pernambuco, 343 – Centro – Cascavel / PR

#### **Colégio Adventista de Foz do Iguaçu**

CNPJ 76.726.884/0048-91

Avenida República Argentina, 530 – Centro – Foz do Iguaçu / PR

#### **Colégio Adventista de Guarapuava**

CNPJ 76.726.884/0021-71

Rua Conego Braga, 1250 – Centro – Guarapuava / PR



## Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

### Dados da Instituição

31 de dezembro de 2014 e 2013

#### **Colégio Adventista de Londrina**

CNPJ 76.726.884/0024-14

Avenida Universo, 184 – Jardim Shangri-la – Londrina / PR

#### **Colégio Adventista de Maringá Zona 4**

CNPJ 76.726.884/0025-03

Rua Luiz Gama, 818 – Zona 4 – Maringá / PR

#### **Colégio Adventista de Paranaguá**

CNPJ 76.726.884/0026-86

Rua Arthur Bernardes, 239 – Alvorada – Paranaguá / PR

#### **Colégio Adventista de São José dos Pinhais**

CNPJ 76.726.884/0058-63

Rua Margarida de Araújo Franco, 1916 – Centro – São José dos Pinhais / PR

#### **Colégio Adventista de Florianópolis Centro**

CNPJ 76.726.884/0095-08

Rua Visconde de Ouro Preto, 347 – Centro – Florianópolis / SC

#### **Colégio Adventista de Florianópolis Estreito**

CNPJ 76.726.884/0101-90

Rua Dom Daniel Hostin, 129 – Jardim Atlântico – Florianópolis / SC

#### **Colégio Adventista de Indaial**

CNPJ 76.726.884/0102-71

Rua Expedicionário Hercílio Gonçalves, 233 – Nações – Indaial / SC

#### **Colégio Adventista de Itajaí**

CNPJ 76.726.884/0086-17

Rua Brusque, 228 – Centro – Itajaí / SC

#### **Colégio Adventista de Joinville Saguçu**

CNPJ 76.726.884/0087-06

Rua Casemiro de Abreu, 100 – Saguçu – Joinville / SC

#### **Colégio Adventista de São Francisco do Sul**

CNPJ 76.726.884/0090-01

Rua Augusto Afonso dos Santos, 2 – Centro – São Francisco do Sul / SC

#### **Escola Adventista de Apucarana**

CNPJ 76.726.884/0006-32

Avenida Munhoz da Rocha, 1925 – Centro – Apucarana / PR

# Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

## Dados da Instituição

31 de dezembro de 2014 e 2013



### **Escola Adventista de Araucária**

CNPJ 76.726.884/0042-04

Rua Rodolfo Hasselmann, 120 – Centro – Curitiba / PR

### **Escola Adventista de Castro**

CNPJ 76.726.884/0012-80

Rua Princesa Isabel, 526 – Centro – Castro / PR

### **Escola Adventista de Cianorte**

CNPJ 76.726.884/0039-09

Avenida América, 4923 – Zona 2 – Cianorte / PR

### **Escola Adventista de Goioerê**

CNPJ 76.726.884/0019-57

Avenida Libertadores da América, 101 – Centro – Goioerê / PR

### **Escola Adventista de Guaíra**

CNPJ 76.726.884/0020-90

Rua Bandeirantes, 1705 – Centro – Guaíra / PR

### **Escola Adventista de Maringá Zona 7**

CNPJ 76.726.884/0117-58

Rua Floriano Peixoto, 768 – Zona 7 – Maringá / PR

### **Escola Adventista de Ponta Grossa**

CNPJ 76.726.884/0028-48

Rua Tiradentes, 500 – Centro – Ponta Grossa / PR

### **Escola Adventista de Santa Efigênia**

CNPJ 76.726.884/0060-88

Rua Guilherme Butler, 792 – Santa Efigênia – Curitiba / PR

### **Escola Adventista de Umuarama**

CNPJ 76.726.884/0033-05

Rua José Antônio Teixeira D'Avila, 3667 – Centro – Umuarama / PR

### **Escola Adventista de Vista Alegre**

CNPJ 76.726.884/0017-95

Rua Vereador Antenor Pamphillo dos Santos, 269 – Vista Alegre – Curitiba / PR

### **Escola Adventista Guaraqueçaba**

CNPJ 76.726.884/0112-43

Rua Superagui, 214 – Centro – Guaraqueçaba / PR



## Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

### Dados da Instituição

31 de dezembro de 2014 e 2013

#### **Escola Adventista União da Vitória**

CNPJ 76.726.884/0034-96

Rua Paraná, 319 – Centro – União da Vitória / PR

#### **Escola Adventista de Blumenau**

CNPJ 76.726.884/0082-93

Rua Alwin Schrader, 966 – Ribeirão Fresco – Blumenau / SC

#### **Escola Adventista de Bom Retiro**

CNPJ 76.726.884/0083-74

Avenida Henrique Eduardo Boell, 87 – Centro – Bom Retiro / SC

#### **Escola Adventista de Imbituba**

CNPJ 76.726.884/0093-46

Avenida Santa Catarina, 447 – Centro – Imbituba / SC

#### **Escola Adventista de Joinville Bom Retiro**

CNPJ 76.726.884/0097-70

Rua Nova Trento, 226 – Bom Retiro – Joinville / SC

#### **Escola Adventista de Joinville Centro**

CNPJ 76.726.884/0105-14

Rua Rio do Sul, 288 – Bucarein – Joinville / SC

#### **Escola Adventista de Joinville Costa e Silva**

CNPJ 76.726.884/0105-14

Avenida Juta W G Wendel, 194 – Costa e Silva – Joinville / SC

#### **Escola Adventista de Rio do Sul**

CNPJ 76.726.884/0089-60

Rua Presidente Kennedy, 336 – Jardim América – Rio do Sul / SC

#### **Escola Adventista de Tubarão**

CNPJ 76.726.884/0091-84

Avenida Pedro Zapelini, 1495 – Santo Antônio de Pádua – Tubarão / SC

#### **Centros de Treinamento:**

##### **Centro Adventista de Treinamento e Recreação Foz do Iguaçu**

CNPJ 76.726.884/0040-34

Rodovia das Cataratas, KM 6 – Vila Yolanda – Foz do Iguaçu / PR

##### **Centro Adventista de Treinamento e Recreação Celso Ramos**

CNPJ 76.726.884/0107-86

Rua dos Recantos, 664 – Palmas – Governador Celso Ramos / SC



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

### **Diretoria:**

Marlinton Souza Lopes

**Presidente**

Evandro Carlos Fávero

**Diretor**

Davi Contri

**Administrador**

Carlos Alberto Blotz

**Contador**

CRC/PR 047958/O-1

Pablo Leonardo de Lima Ramos

**Controller**

CRC/PR 063935/O-1



BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
<b>1</b>	<b>Ativo Total</b>		<b>206.077.916</b>	<b>171.022.645</b>
<b>1.01</b>	<b>Ativo Circulante</b>	<b>03.1</b>	<b>53.188.750</b>	<b>37.780.442</b>
<b>1.01.01</b>	<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>03.3</b>	<b>41.247.507</b>	<b>29.456.891</b>
1.01.01.01	Caixa		56.118	28.934
1.01.01.02	Banco Conta Movimento		4.395.279	2.133.096
1.01.01.03	Banco Conta Aplicações		36.796.110	27.294.861
<b>1.01.02</b>	<b>Contas a Receber</b>	<b>03.4 e 4</b>	<b>8.851.523</b>	<b>6.132.175</b>
1.01.02.01	Serviços Educacionais		14.602.533	11.779.813
1.01.02.02	Clientes		284.976	139.162
1.01.02.03	Adiantamentos a Pessoal		751.676	362.371
1.01.02.04	Entidades Congêneres		1.279.912	26.000
1.01.02.05	Outros Créditos		2.713.333	2.515.910
1.01.02.06	(-) Deduções Crédito Liquidez Duvidosa	03.5	(10.780.907)	(8.691.081)
<b>1.01.03</b>	<b>Estoques</b>	<b>03.6</b>	<b>343.030</b>	<b>319.724</b>
1.01.03.01	Materiais de Consumo		343.030	319.724
<b>1.01.04</b>	<b>Despesas Antecipadas</b>		<b>2.746.690</b>	<b>1.871.652</b>
1.01.04.01	Despesas do Exercício Seguinte	03.7	2.746.690	1.871.652
<b>1.02</b>	<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>03.1</b>	<b>152.889.166</b>	<b>133.242.203</b>
<b>1.02.01</b>	<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>05</b>	<b>98.016</b>	<b>237.395</b>
1.02.01.01	Contas a Receber		17.060	0
1.02.01.02	Depósitos Judiciais		80.956	237.395
<b>1.02.02</b>	<b>Imobilizado</b>	<b>03.8 e 06</b>	<b>152.777.580</b>	<b>132.998.477</b>
1.02.02.01	Bens em Formação		29.723.082	40.664.384
1.02.02.02	Terrenos		21.298.728	17.704.227
1.02.02.03	Edifícios e Benfeitorias		126.289.996	97.666.828
1.02.02.04	Instalações		575.634	274.224
1.02.02.05	Móveis e Utensílios		9.796.032	8.205.165
1.02.02.06	Máquinas e Equipamentos		15.453.202	12.900.921
1.02.02.07	Veículos		766.085	873.335
1.02.02.08	Outros Imobilizados		1.080.403	447.766
1.02.02.09	(-) Depreciação Acumulada		(52.205.582)	(45.738.373)
<b>1.02.03</b>	<b>Intangível</b>	<b>06</b>	<b>13.570</b>	<b>6.331</b>
1.02.03.01	Direitos de Uso de Softwares		55.575	41.867
1.02.03.02	(-) Amortização Acumulada		(42.005)	(35.536)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO)**

(Em Reais)

<b>Código</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Nota Explicativa</b>	<b>Último Exercício 31/12/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
<b>2</b>	<b>Passivo Total</b>		<b>206.077.916</b>	<b>171.022.645</b>
<b>2.01</b>	<b>Passivo Circulante</b>	07	<b>22.360.792</b>	<b>11.533.575</b>
<b>2.01.01</b>	<b>Contas a Pagar</b>	03.9	<b>9.023.053</b>	<b>1.966.838</b>
2.01.01.01	<i>Fornecedores de Materiais e Serviços</i>		2.184.444	597.479
2.01.01.02	<i>Obrigações Tributárias</i>		15.436	1.763
2.01.01.03	<i>Obrigações Trabalhistas</i>		1.526.523	718.308
2.01.01.04	<i>Obrigações com Empregados</i>		2.827.435	3.896
2.01.01.05	<i>Fundos em Confiança</i>		126.489	125.896
2.01.01.06	<i>Entidade Congênere a Pagar</i>		1.951.358	145.182
2.01.01.06	<i>Outras Contas a Pagar</i>		391.368	374.314
<b>2.01.02</b>	<b>Provisões</b>	03.11 e 12	<b>4.325.748</b>	<b>2.185.813</b>
2.01.02.01	<i>Provisões Trabalhistas</i>		1.967.999	1.674.323
2.01.02.02	<i>Provisões Judiciais e Cíveis</i>		627.307	411.490
2.01.02.03	<i>Provisões para Contingências</i>		1.730.442	100.000
<b>2.01.03</b>	<b>Receitas Antecipadas</b>	12	<b>9.011.991</b>	<b>7.380.924</b>
2.01.02.01	<i>Adiantamento de Clientes</i>		9.011.991	7.380.924
<b>2.02</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>03.1</b>	<b>71.768</b>	<b>4.449.413</b>
<b>2.02.01</b>	<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>71.768</b>	<b>4.449.413</b>
2.02.01.01	<i>Obrigações Tributárias</i>		71.768	4.449.413
<b>2.03</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	08	<b>183.645.356</b>	<b>155.039.657</b>
<b>2.03.01</b>	<b>Patrimônio Social</b>		<b>183.645.356</b>	<b>155.039.657</b>
2.03.01.01	<i>Patrimônio Social</i>		155.039.657	137.411.826
2.03.01.02	<i>Superávit do Exercício</i>		28.605.699	17.627.831

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
<b>3.01</b>	<b>Receitas Operacionais Bruta Educação</b>	03.13 e 13	<b>124.519.035</b>	<b>100.114.984</b>
<b>3.01.01</b>	<b>Receitas Bruta Serviços Educação Básica</b>		<b>134.665.816</b>	<b>117.354.205</b>
3.01.01.01	Serviços Educação Básica - Pagantes	13 a	107.591.834	94.375.004
3.01.01.02	Serviços Educação Básica - Dissídio Coletivo		2.304.218	1.611.245
3.01.01.03	Serviços Educação Básica - Bolsas 100%	13 b	15.310.740	12.375.547
3.01.01.04	Serviços Educação Básica - Bolsas 50%	13 b	9.459.024	8.936.126
3.01.01.05	Bolsas Parciais (Decreto 2.536/98 e 7.237/10)		(0)	56.283
<b>3.01.02</b>	<b>(-) Deduções Receita Serviços Educação Básica</b>	13 c	<b>(37.717.199)</b>	<b>(33.670.197)</b>
3.01.02.01	Descontos Incondicionais		(10.643.217)	(10.690.996)
3.01.02.02	Bolsas Educação Básica – Dissídio Coletivo		(2.304.218)	(1.611.245)
3.01.02.03	Bolsas Educação Básica – 100%		(15.310.740)	(12.375.547)
3.01.02.04	Bolsas Educação Básica – 50%		(9.459.024)	(8.936.126)
3.01.02.05	Bolsas Parciais (Decreto 2.536/98 e 7.237/10)		(0)	(56.283)
<b>3.01.03</b>	<b>Receitas Bruta Serviços - Graduação</b>		<b>2.266.742</b>	<b>1.733.372</b>
3.01.03.01	Serviços Graduação - Pagantes	13 a	815.813	395.893
3.01.03.02	Serviços Graduação - FIES		362.747	161.671
3.01.03.02	Serviços Graduação - PROUNI		38.041	39.312
3.01.03.03	Serviços Graduação - Bolsas 100%	13 b	947.939	1.037.767
3.01.03.04	Serviços Graduação - Bolsas 50%	13 b	102.202	98.729
<b>3.01.04</b>	<b>(-) Deduções Receita Serviços - Graduação</b>	13 c	<b>(1.120.307)</b>	<b>(1.246.395)</b>
3.01.04.01	Descontos Incondicionais		(32.125)	(70.587)
3.01.04.02	Bolsas Graduação – PROUNI		(38.041)	(39.312)
3.01.04.03	Bolsas Graduação – 100%		(947.939)	(1.037.767)
3.01.04.04	Bolsas Graduação – 50%		(102.202)	(98.729)
<b>3.01.05</b>	<b>Receitas Bruta Serviços – Pós-Graduação</b>		<b>275.790</b>	<b>134.368</b>
3.01.05.01	Serviços Pós-Graduação - Pagantes	13 a	275.790	134.368
<b>3.01.06</b>	<b>Receitas de Doações, Subvenções e Outras</b>	13 d	<b>26.148.193</b>	<b>15.809.631</b>
3.01.06.01	Subvenções Não Governamental – Livre		12.841.136	8.247.787
3.01.06.02	Doações Recebidas – Livre		218.352	279.164
3.01.06.03	Outras Receitas Educacionais		13.088.705	7.282.680
<b>3.02</b>	<b>Resultado Bruto Educação</b>		<b>124.519.035</b>	<b>100.114.984</b>
<b>3.03</b>	<b>(-) Custos Despesas Operacionais Educação</b>		<b>(105.710.799)</b>	<b>(85.111.791)</b>
<b>3.03.01</b>	<b>(-) Custos e Despesas Operacionais</b>		<b>(105.710.799)</b>	<b>(85.111.791)</b>
3.03.01.01	Despesas com Pessoal		(60.129.322)	(52.862.706)
3.03.01.02	Encargos Sociais e Previdenciários		(6.300.204)	(5.865.397)
3.03.01.03	Administrativas e Gerais		(17.034.637)	(9.039.882)
3.03.01.04	Despesas com Materiais		(3.979.780)	(3.273.205)
3.03.01.05	Conservação e Manutenção		(2.081.953)	(1.727.368)
3.03.01.06	Depreciação e Amortização		(5.562.343)	(5.071.256)
3.03.01.07	Despesas com Provisões		(5.725.298)	(3.881.936)
3.03.01.08	Encargos Tributários		(225.338)	(198.251)
3.03.01.09	Assistência, Treinamentos e Orientação Social		(4.671.924)	(3.191.790)
<b>3.04</b>	<b>Resultado Líquido Educação</b>		<b>18.808.236</b>	<b>15.003.193</b>

Continua...



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - CONTINUAÇÃO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
<b>3.05</b>	<b>Resultado Atividades Sustentáveis</b>		<b>206.108</b>	<b>(1.179.580)</b>
<b>3.05.01</b>	<b>Receitas Atividades Sustentáveis</b>		<b>11.913.100</b>	<b>10.751.143</b>
3.05.01.04	Receitas Pensionato Internato		8.228.869	8.153.201
3.05.01.01	Alojamentos e Hospedagens		1.375.286	1.143.750
3.05.01.02	Receitas com Refeições		240.786	242.076
3.05.01.03	Receita com Aluguéis e Arrendamentos		2.068.159	1.212.116
<b>3.05.02</b>	<b>(-) Deduções Receita Atividades Sustentáveis</b>		<b>(2.906.155)</b>	<b>(3.695.631)</b>
3.05.02.01	Descontos Incondicionais		(2.906.155)	(3.695.631)
<b>3.05.03</b>	<b>(-) Custos e Despesas Atividades Sustentáveis</b>		<b>(8.800.837)</b>	<b>(8.235.092)</b>
3.05.03.01	Despesas com Pessoal		(3.125.047)	(3.049.208)
3.05.03.02	Encargos Sociais e Previdenciários		(281.888)	(294.208)
3.05.03.03	Administrativas e Gerais		(1.105.176)	(835.225)
3.05.03.04	Despesas com Materiais		(2.723.022)	(2.536.363)
3.05.03.05	Conservação e Manutenção		(435.106)	(458.252)
3.05.03.06	Depreciação e Amortização		(1.067.084)	(953.490)
3.05.03.07	Despesas com Provisões		(0)	(91.665)
3.05.03.08	Encargos Tributários		(8.319)	(3.270)
3.05.03.09	Assistência e Orientação Social		(55.195)	(13.411)
<b>3.06</b>	<b>Resultado Financeiro e Patrimonial</b>		<b>3.666.163</b>	<b>1.703.182</b>
<b>3.06.01</b>	<b>Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>3.547.594</b>	<b>1.532.172</b>
3.06.01.01	Receitas Financeiras		4.577.620	2.672.959
3.06.01.02	Despesas Financeiras		(1.030.026)	(1.140.787)
<b>3.06.02</b>	<b>Receitas e Despesas Patrimoniais</b>		<b>118.569</b>	<b>171.010</b>
3.06.02.01	Receitas Patrimoniais		126.434	549.428
3.06.02.02	Despesas Patrimoniais		(7.865)	(378.418)
<b>3.07</b>	<b>Resultado Outras Receitas e Despesas</b>		<b>5.925.192</b>	<b>2.101.036</b>
<b>3.07.01</b>	<b>Outras Receitas e Despesas</b>	14	<b>5.925.192</b>	<b>2.101.036</b>
3.07.01.01	Outras Receitas		8.029.585	8.643.764
3.07.02.01	Outras Despesas		(2.104.393)	(6.542.728)
<b>3</b>	<b>Superávit do Exercício</b>	15	<b>28.605.699</b>	<b>17.627.831</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 11)

(Em Reais)

<b>Código</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
<b>4.01</b>	<b>Caixa Líquido Atividades Operacionais</b>	<b>38.050.636</b>	<b>22.946.218</b>
<b>4.01.01</b>	<b>Superávit do Exercício Ajustado</b>	<b>37.169.203</b>	<b>23.334.686</b>
4.01.01.01	Superávit do Exercício	28.605.699	17.627.831
4.01.01.02	Depreciação do Imobilizado	6.467.209	3.566.628
4.01.01.03	Amortização do Intangível	6.469	7.658
4.01.01.04	Provisão Créditos de Liquidez Duvidosa	2.089.826	2.132.569
<b>4.01.02</b>	<b>(Aumento) Redução Ativos Circulantes</b>	<b>(5.568.139)</b>	<b>3.488.147</b>
4.01.02.01	Contas a Receber	(4.669.795)	2.737.613
4.01.02.02	Estoques	(23.306)	(26.519)
4.01.02.03	Despesas Antecipadas	(875.038)	777.053
<b>4.01.03</b>	<b>Aumento (Redução) Passivos Circulantes</b>	<b>6.449.572</b>	<b>(3.876.615)</b>
4.01.03.01	Fornecedores de Materiais e Serviços	1.586.965	(302.981)
4.01.03.02	Obrigações Tributárias, Trabalhistas e Empregados	(732.218)	625.548
4.01.03.03	Fundos em Confiança e Outros	1.823.823	(2.447.824)
4.01.03.04	Provisões	2.139.935	(2.986.968)
4.01.03.05	Adiantamento de Clientes	1.631.067	1.235.610
<b>4.02</b>	<b>Caixa Líquido Atividades de Investimento</b>	<b>(26.260.020)</b>	<b>(12.639.400)</b>
<b>4.02.01</b>	<b>(Acréscimo) Redução nos Investimentos</b>	<b>(26.260.020)</b>	<b>(12.639.400)</b>
4.02.01.01	Imobilizado	(26.246.312)	(12.662.356)
4.02.01.02	Intangível	(13.708)	22.176
4.02.01.03	Investimento	0	780
<b>4.03</b>	<b>Caixa Líquido Atividades de Financiamento</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>4.02.01</b>	<b>Acréscimo (Redução) de Financiamentos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
4.02.01.01	Pagamento de Empréstimo	0	0
<b>4.04</b>	<b>Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes</b>	<b>11.790.616</b>	<b>10.306.818</b>
<b>4.04.01</b>	<b>Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes</b>	<b>29.456.891</b>	<b>19.150.073</b>
<b>4.04.02</b>	<b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes</b>	<b>41.247.507</b>	<b>29.456.891</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Patrimônio Social	Cisão Fusão	Superávit do Exercício	Patrimônio Líquido
<b>5.01</b>	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>137.411.826</b>	<b>0</b>	<b>17.627.831</b>	<b>155.039.657</b>
5.01.01	Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2013	125.146.685	0	14.121.259	139.267.944
5.01.02	Cisão / Fusão	0	(1.856.118)	0	(1.856.118)
5.01.02.01	CNPJ: 15.116.763/0001-70	0	(1.856.118)	0	(1.856.118)
5.01.03	Transferência para o Patrimônio Social	12.265.141	1.856.118	(14.121.259)	0
5.01.03.01	CNPJ: 15.116.763/0001-70	(1.856.118)	1.856.118	0	0
5.01.03.02	Superávit do Exercício 2012	14.121.259	0	(14.121.259)	0
5.01.04	Resultado do Exercício 2013	0	0	17.627.831	17.627.831
5.01.04.01	Superávit do Exercício 2013	0	0	17.627.831	17.627.831
<b>5.02</b>	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>155.039.657</b>	<b>0</b>	<b>28.605.699</b>	<b>183.645.356</b>
5.02.01	Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2014	137.411.826	0	17.627.831	155.039.657
5.02.02	Transferência para o Patrimônio Social	17.627.831	0	(17.627.831)	0
5.02.02.01	Superávit do Exercício 2013	17.627.831	0	(17.627.831)	0
5.02.03	Resultado do Exercício 2014	0	0	28.605.699	28.605.699
5.02.03.01	Superávit do Exercício 2014	0	0	28.605.699	28.605.699

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



## NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Reais Mil)

### NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL

A INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, é uma instituição de direito privado, de fins não econômicos e não lucrativo, de natureza jurídica filantrópica, conforme propósitos estatutários, com atividade preponderante na área de Educação, seguindo os ditames do artigo 13 da lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013. Possui título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 35.672 de 20/01/1961 e título de Utilidade Pública Municipal em Curitiba/PR, conforme Decreto nº 4.367 de 21/09/1972. A entidade tem registro no Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba, Conselho Municipal do Idoso e da Criança e do Adolescente e com Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Educação - CEBAS, registrado e reconhecido no Ministério da Educação tendo sua validade até o dia 17 de outubro de 2015 conforme o processo de renovação processado sob número 23123.003828/2010-17.

### NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão apresentados em Reais.

A Instituição declara expressamente que a elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a lei nº 11.638/2007, os termos da NBC TG 1000 aprovada pela Resolução do CFC 1.255/2009 à Resolução nº 1.185/09 do CFC e da ITG 2002 aprovada pela Resolução nº 1.409/2012 do CFC que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação dos componentes, variações patrimoniais e de estruturação das Demonstrações Financeiras das entidades sem finalidade de lucros.

A administração da Instituição declara que as Demonstrações Financeiras refletem e espelham a realidade da entidade em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos dos documentos arquivados e contabilizados, respondendo a administração a sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de Demonstrações Financeiras está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela entidade a este profissional.

As Demonstrações Financeiras do exercício anterior, apresentados para fins de comparação, podem conter reclassificações, quando aplicáveis, para melhoria da informação e comparabilidade.

### NOTA 03 – SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis na elaboração das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 levaram em conta ao serem elaboradas e apresentadas, as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação das Demonstrações Financeiras poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas que possam afetar valores de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras.

A entidade elabora suas Demonstrações Financeiras usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimentos para esses itens.



**03.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes:** No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações com vencimento ou com expectativa e realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com a expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

**03.2 Compensação Entre Contas:** Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida, como no caso das Transferências Internas, ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

**03.3 Caixa e Equivalentes de Caixa:** São classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa nas Demonstrações Financeiras, os numerários em poder da empresa e moeda corrente em caixa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até três meses ou menos e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

**03.4 Contas a Receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços educacionais no decurso normal das atividades da Instituição. As contas a receber, inicialmente, são reconhecidas pelo valor nominal faturado adotando-se o critério de apropriação de receitas a receber. Se o prazo de recebimento for superior a doze meses ou inferior, se relevante, o valor do direito a receber é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva. Se a administração da Instituição encontrar evidências de perdas estimadas com créditos a receber a entidade reconhece imediatamente uma redução ao valor recuperável no resultado;

**03.5 Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD):** Esta provisão é constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos das Contas a Receber. A provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela entidade com base na análise dos títulos e seus prováveis valores de realização;

**03.6 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado usando o método do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o custo estimado dos estoques para o consumo no curso normal das atividades da entidade;

**03.7 Despesas Antecipadas:** É representada por despesas do exercício seguinte, substancialmente, por valores pagos por antecipação relativos à contratação de prestação de serviços que serão prestados e trarão benefícios futuros para a entidade, serão apropriadas ao resultado pelo prazo previsto da confrontação das despesas com as receitas geradas por estes serviços. O saldo corresponde a recursos investidos na reestruturação da unidade de check-up que iniciará as suas atividades no próximo exercício.

**03.8 Imobilizado:** O valor justo apurado dos ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 05 e levam em consideração a vida útil e utilização dos bens. O valor contábil de itens substituídos é baixado, os outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado, todos os outros gastos são lançados em contrapartida no resultado do exercício como despesa, quando incorrido. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o mais perto do que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Os



métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa Depreciação
Edifícios	4%
Instalações	5%
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Equipamentos de Informática	25%
Veículos	25%
Biblioteca	10%
Softwares	33,33%

**03.9 Contas a Pagar a Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário das atividades e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor da fatura. Se o prazo de pagamento for superior a doze meses ou inferior, se relevante, o valor da obrigação a pagar é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva para ajuste a valor presente;

**03.10 Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de resgate é reconhecida a demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando a taxa de juros efetiva.

**03.11 Provisões** - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, se a administração tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Instituição liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é registrada mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena;

**03.12 Apuração do Resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo, acordados em contrato - valores recebidos ou a receber e reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado;

**03.13 Reconhecimento das Receitas:** A receita da prestação de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços educacionais no curso normal das atividades da empresa e é apresentada líquida das contribuições, das devoluções e dos descontos incondicionais. A receita da prestação de serviços é reconhecida quando o resultado de transação envolvendo a prestação de serviços puder ser estimada de forma confiável, ou seja, quando todas as condições a seguir forem satisfeitas:

- a) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- b) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade;



c) o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável.

**03.14 Julgamento e Uso das Estimativas Contábeis:** A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Instituição se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre os dados das suas demonstrações. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados pela perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil, valor residual e impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) expectativas de realização de créditos tributários diferidos de contribuições;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Instituição.

#### NOTA 04 - CONTAS A RECEBER

Os itens que compõe o saldo das Contas a Receber estão a seguir relacionados com seus respectivos valores:

<b>Contas a Receber</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Serviços Educacionais a Receber - Anos Anteriores	7.894.274	11.779.813
Serviços Educacionais a Receber – Educação Básica	5.972.714	-
Serviços Educacionais a Receber – Graduação	17.703	-
Serviços Educacionais a Receber – Pós-graduação	324	-
Outros Serviços a Receber	717.517	-
Cientes Nacionais a Receber	284.976	139.162
Adiantamentos para Funcionários	751.676	362.371
Entidade Congêneres a Receber	1.279.912	26.000
Impostos a Recuperar	0	1.207
Cheques em Cobrança	466.891	826.943
Operadoras de Cartões a Receber	2.090.141	1.392.570
Depósitos Judiciais a Receber	156.302	295.190
(-) Deduções de Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.780.907)	(8.691.081)
<b>Total a Receber Líquido</b>	<b>8.851.523</b>	<b>6.132.175</b>

#### NOTA 05 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)

a) Contas a Receber – Corresponde a um depósito realizado pela entidade referente ao Processo de Imunidade do PIS sobre a Folha de Pagamento.

b) Depósito Judicial – Valor referente a um depósito judicial com previsão para realização após o término do exercício seguinte.



<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Contas a Receber – Depósito Processo Imunidade PIS	17.060	0
Depósito Judicial – Processo Trabalhista	80.956	237.395
<b>Total a Realizável a Longo Prazo</b>	<b>98.016</b>	<b>237.395</b>

**NOTA 06 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)**

a) Imobilizado - Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos até 31 de dezembro de 1995, conforme parâmetros estabelecidos e vigente na época. As depreciações dos bens que compõem o imobilizado foram calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Imobilizado	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Instalações	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Informática	Veículos	Outros	Total
<b>Saldos 1º de janeiro 2013</b>	<b>17.835.697</b>	<b>65.862.054</b>	<b>60.735</b>	<b>3.577.027</b>	<b>3.165.699</b>	<b>1.634.415</b>	<b>231.761</b>	<b>31.550.677</b>	<b>123.918.065</b>
Aquisições e Baixas	(131.470)	2.889.645	665	1.286.621	271.170	1.421.319	44.600	9.316.975	15.099.525
Depreciações	(0)	(3.826.360)	(3.820)	(629.243)	(501.429)	(914.437)	(133.951)	(9.872)	(6.019.112)
<b>Saldos 31 de dezembro 2013</b>	<b>17.704.227</b>	<b>64.925.339</b>	<b>57.580</b>	<b>4.234.405</b>	<b>2.935.440</b>	<b>2.141.297</b>	<b>142.410</b>	<b>40.857.780</b>	<b>132.998.478</b>
Custo do Imobilizado	17.704.227	97.666.828	274.224	8.205.165	6.509.005	6.391.917	873.335	41.112.150	178.736.851
Depreciação Acumulada	(0)	(32.741.489)	(216.644)	(3.970.760)	(3.573.565)	(4.250.620)	(730.925)	(254.370)	(45.738.373)
<b>Valor Residual</b>	<b>17.704.227</b>	<b>64.925.339</b>	<b>57.580</b>	<b>4.234.405</b>	<b>2.935.440</b>	<b>2.141.297</b>	<b>142.410</b>	<b>40.857.780</b>	<b>132.998.478</b>
<b>Saldos 1º de janeiro 2014</b>	<b>17.704.227</b>	<b>97.666.828</b>	<b>274.224</b>	<b>8.205.165</b>	<b>6.509.005</b>	<b>6.391.917</b>	<b>873.335</b>	<b>41.112.150</b>	<b>178.736.851</b>
Aquisições e Baixas	3.594.502	(4.118.321)	85.700	(2.371.402)	(2.397.614)	(2.847.967)	(718.175)	(10.563.036)	(19.336.313)
Depreciações	(0)	(4.182.356)	(12.255)	(736.466)	(562.443)	(1.005.675)	(79.183)	(44.580)	(6.622.958)
<b>Saldos 31 de dezembro 2014</b>	<b>21.298.729</b>	<b>89.366.151</b>	<b>347.669</b>	<b>5.097.297</b>	<b>3.548.948</b>	<b>2.538.275</b>	<b>75.977</b>	<b>30.504.534</b>	<b>152.777.580</b>
Custo do Imobilizado	21.298.729	126.289.997	575.634	9.796.032	7.673.101	7.780.101	766.085	30.803.484	204.983.163
Depreciação Acumulada	(0)	(36.923.846)	(227.965)	(4.698.735)	(4.124.153)	(5.241.826)	(690.108)	(298.950)	(52.205.583)
<b>Valor Residual</b>	<b>21.298.729</b>	<b>89.366.151</b>	<b>347.669</b>	<b>5.097.297</b>	<b>3.548.948</b>	<b>2.538.275</b>	<b>75.977</b>	<b>30.504.534</b>	<b>152.777.580</b>

b) Intangível - Os ativos Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização do período, inicialmente reconhecidos pelo valor líquido contábil, sendo que os intangíveis estão reavaliados com base em laudos de empresas especializadas e de peritos até 2007, conforme parâmetros estabelecidos na vigente época. As amortizações do intangível foram calculadas pelo método linear, levando-se em consideração o período estimado de seus benefícios para as suas atividades.

	<b>Intangível</b>	<b>Softwares</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2013</b>		<b>20.849</b>	<b>20.849</b>
Aquisições e Baixas		(8.883)	(8.883)
Amortizações		(5.635)	(5.635)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>6.331</b>	<b>6.331</b>
Custo do Intangível		41.867	41.867
Amortização Acumulada		(35.536)	(35.536)
<b>Valor Residual</b>		<b>6.331</b>	<b>6.331</b>



<b>Saldos em 1º de janeiro de 2014</b>	6.331	6.331
Aquisições	13.707	13.707
Amortizações	(6.468)	(6.468)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>13.570</b>	<b>13.570</b>
Custo do Intangível	55.575	55.575
Amortização Acumulada	(42.005)	(42.005)
<b>Valor Residual</b>	<b>13.570</b>	<b>13.570</b>

#### NOTA 07 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo das contas de fornecedores de material e serviços em geral, obrigações fiscais empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

<b>Contas a Pagar</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Fornecedores a Pagar	2.184.444	597.479
Clientes a Pagar – Devoluções	0	5.655
Impostos Retidos a Recolher	15.436	1.763
Encargos da Folha de Pagamento a Pagar	1.526.523	718.308
Salários a Pagar	2.827.435	3.896
Entidade Congêneres a Pagar	1.951.359	145.182
Seguros a Pagar	20.707	6.221
Depósitos Não Identificados	370.661	362.438
Fundos em Confiança	126.488	125.896
<b>Total a Pagar Líquido</b>	<b>9.023.053</b>	<b>1.966.838</b>

#### NOTA 08 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

Este item está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo referente ao processo nº 2005.70.00.011625-7 de Imunidade do PIS Sobre a Folha de Pagamento.

<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		
Obrigações Tributárias	71.768	4.449.413
<b>Total Realizável a Longo Prazo</b>	<b>71.768</b>	<b>4.449.413</b>

#### NOTA 09 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do Superávit do Exercício conforme consta na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

#### NOTA 10 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Conforme a Resolução 1.292/10 e NBC TG 01, a entidade, através de deliberação de diretoria, entendeu a não necessidade de testar a recuperabilidade dos ativos no exercício de 2014, pois o mesmo foi discutido e constatou-se que esses ativos encontram-se registrados corretamente, pois foram avaliados a valor de mercado neste exercício de 2014. Para o exercício de 2015 a entidade poderá determinar a vida útil dos bens existentes



no Ativo Imobilizado e Intangível, bem como poderá realizar o diagnóstico da necessidade de realização da Provisão para Perdas - Impairment, das demais contas, visando atender a Lei 11.638/07 e os Pronunciamentos Contábeis Técnicos CPC 01, CPC 04 e CPC 27.

#### NOTA 11 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.125/08 que aprovou a NBC TG 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/09 que aprovou a NBC TG 13.

#### NOTA 12 - PROVISÃO PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

A Instituição possui processos em andamento de natureza trabalhista e tributária. As respectivas provisões para contingências, quando necessárias, são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável. Quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais. Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, e respaldado por documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos, trabalhistas e tributários, que a entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão para contingências passivas, reconhecidas contabilmente as quais demonstramos abaixo a situação em 31 de dezembro de 2014:

<b>Provisões</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Provisões Férias e Encargos	1.074.074	990.009
Provisões Trabalhistas	893.924	684.314
Provisões Jurídicas e Cíveis	627.307	411.490
Provisão para Contingências	1.730.443	100.000
<b>Total de Provisões</b>	<b>4.325.748</b>	<b>2.185.813</b>

#### NOTA 13 - RECEITAS

A Receita Bruta Operacional corresponde ao montante de receitas da atividade preponderante da instituição conforme descrito no artigo 14, I, do Estatuto Social e é formada pelos seguintes grupos:

- Receitas de Mensalidade dos Alunos Pagantes (Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, lei nº 9.870/1999 e lei nº 9.394/1996;
- Mensalidades Concedidas em Bolsa de Estudos (Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, lei nº 9.870/1999, lei nº 9.394/96 e Art. 31 do Decreto nº 8.242/2014)
- Deduções: Descontos Incondicionais; Bolsas de Estudos Concedidas, Dissídios Coletivos e Devoluções de Serviços Recebidos. (Artigo 187 Lei nº 6.404/1976);
- Doações, Subvenções (ITG 2002) e Outros Serviços Educacionais referentes a Serviço de Secretaria e Cursos Livres.

#### NOTA 14 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS

Conforme a Resolução 1.152/09 e 1.157/09 e a Lei nº. 11.941/09 as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:



<b>Outras Receitas</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Contas Reavidas de Exercício Anteriores	110.256	330.776
Depósitos Bancários Não Identificados	174.319	107.511
Reversões de Provisões	6.583.587	1.648.729
Outras Receitas	1.161.423	6.556.748
<b>Total de Outras Receitas</b>	<b>8.029.585</b>	<b>8.643.764</b>

<b>Outras Despesas</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Contas Incobráveis	514.056	451.978
Despesas do Exercício Anterior	79.940	299.104
Outras Despesas	1.510.397	5.791.646
<b>Total de Outras Despesas</b>	<b>2.104.393</b>	<b>6.542.728</b>

#### NOTA 15 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício foi elaborada de acordo com o artigo 187 da lei nº 6.404/1976 atualizado pela Lei nº 11.941/2009.

O superávit do exercício de 2013 foi incorporado ao Patrimônio Social e o Superávit de 2014 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 em especial no item 15 que descreve que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

#### NOTA 16 - COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade.

#### NOTA 17 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A Instituição é imune à incidência de impostos por força do Art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

#### NOTA 18 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A Instituição não distribuiu resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, bem como, seus dirigentes, conselheiros, sócios e demais beneméritos, não perceberam vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes fossem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, no exercício de 2014 e 2013.

#### NOTA 19 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

Conforme o Art. 29 da Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os Art. 22 e 23 da lei nº 8.212/1991.

A seguir demonstraremos as contribuições sociais usufruídas e o montante que não é pago em 2014:



Descrição	Educação	Sustentáveis	Total
Folha de Salários - 20%	11.154.694	553.178	<b>11.707.872</b>
Serviços de Autônomos e Individuais - 20%	124.625	563	<b>125.188</b>
RAT/SAT(1%, 2% ou 3% )	682.625	33.544	<b>716.169</b>
Terceiros (4,5% - Educação)	2.499.553	123.045	<b>2.622.598</b>
Cooperativas de Trabalho	13.732	0	<b>13.732</b>
<b>Total</b>	<b>14.475.229</b>	<b>710.330</b>	<b>15.185.559</b>

Nota: \* O RAT pode variar de 1% a 3%, dependendo do grau de risco de cada Entidade.

Nota: \*\* Algumas entidades podem ter o percentual de terceiros de 4,5%.

Quanto a Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL, entendemos que é inaplicável às entidades sem fins lucrativos, pois, não possuem “lucro” conforme conceituação da legislação tributária, sendo impossível aplicar sua regra de incidência. Vale afirmar que essas entidades possuem, eventualmente, SUPERÁVIT, o que não se confunde com lucro. Entendemos que qualquer entidade Sem Fins Lucrativos não estaria sujeita à incidência desta Contribuição Social sobre Lucro.

#### NOTA 20 – OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO

Conforme determinação do Art. 40 da Lei nº 12.101/09, alterada pela lei nº 12.868/2013 e o Decreto nº 8.242/2014 a Instituição já procedeu com o cadastramento no Ministério da Educação, pelo site do SISCEBAS (<http://cebas.mec.gov.br/>). A Instituição Educacional mantém seu cadastro atualizado no EDUCACENSO (Dados do Censo Escolar da Educação Básica) e no E-MEC.

Os serviços de educação desenvolvidos pela Instituição são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) em adequação com a Lei de Diretrizes e Bases (lei nº 9.394/1996) nas quais está inserida e como consequência, por elas, regulamentadas.

#### NOTA 21 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DE BOLSAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Em atendimento ao artigo 13 da Lei nº 12.101/2009, alterada pela lei nº 12.868/2013 (Educação Básica) e Decreto nº 8.242 de 2014, a instituição deve conceder bolsas de estudo nas seguintes proporções:

- Concede anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes da educação básica;
- Concede no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes da educação básica;
- Concede bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido.

Educação Básica	Qtde* 2014	Qtde* 2013
Alunos Matriculados	23.213	23.865
Alunos com Bolsa Integral	2.575	2.412
Alunos Pagantes [Alunos Matriculados (-) Alunos Bolsa Integral]	20.638	21.453
Alunos com Bolsa Integral Necessários (Relação 1 para 9) [Alunos Pagantes / 9]	2.294	2.384
<b>Saldo Excedente de Alunos (Relação 1 para 9) [Alunos Necessários (-) Alunos com Bolsa Integral]</b>	<b>281</b>	<b>28</b>



<b>Educação Básica</b>	<b>Qtde* 2014</b>
Alunos Necessários (Proporção 1 para 5) [Alunos Pagantes / 5]	4.128
Alunos com Bolsa Integral	2.575
Alunos com Bolsa Parcial Necessários (Proporção 1 para 5) [(Alunos Necessários (-) Alunos com Bolsa Integral) X 2]	3.106
Alunos com Bolsa Parcial 50%	3.159
<b>Saldo Excedente de Alunos</b> (Relação 1 para 5) [Alunos com Bolsa Parcial Necessários (-) Alunos com Bolsa Parcial]	<b>53</b>

(\*) Quantidades no Final do Ano Letivo 2014 e 2013

(\*\*) Os alunos bolsistas se enquadram nos critérios da Lei 12.101/2009

(\*\*\*) Não foram excluídos os inadimplentes das quantidades.

I - A instituição concedeu 257(duzentos e cinquenta e sete) Bolsa Integrais em 2014 e 28(Vinte e Oito) Bolsas Integrais em 2013 a mais do que o necessário para cumprir a obrigação da proporção de 1 (uma) Bolsa Integral para cada 9 (nove) alunos pagantes.

II – A instituição concedeu 11(onze) Bolsas Parciais de 50% em 2014 a mais que o necessário para cumprir a obrigação da proporção de uma Bolsa Integral para cada 5(cinco) alunos pagantes.

#### NOTA 22 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO BÁSICA

A Instituição, em conformidade com o Art. 13 da Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242 de 2014, oferece bolsas educacionais para alunos de baixa renda, comprovadamente em situação de vulnerabilidade social, na forma da Lei (Art. 14 e 15 da Lei nº 12.101 de 2009 alterada pela lei nº 12.868 de 2013).

A receita base da educação básica para apuração da obrigação mínima dos 20% foi elaborada conforme a interpretação literal do Art. 13 da Lei nº 12.101/09 .

As aplicações em gratuidades educacionais para os exercícios de 2014 e 2013 na Educação Básica estão demonstradas a seguir:

<b>Rubricas Contábeis</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Anuidades em Educação Básica	134.665.816	117.476.359
(+) Valores Recebidos dos Anos Anteriores	3.863.833	4.899.489
(-) Parcelas Devolvidas	(0)	(10.978)
(-) Bolsas de Estudo Integrais	(15.310.740)	(12.375.547)
(-) Bolsas de Estudo Parciais 50%	(9.459.024)	(8.936.126)
(-) Bolsa Funcional de Dissídio Coletivo	(2.304.418)	(1.611.245)
(-) Desconto Incondicionais	(10.643.217)	(8.410.955)
(-) Inadimplência	(5.972.714)	(5.816.558)
<b>Receita Líquida – Base de Cálculo Gratuidade</b>	<b>94.839.536</b>	<b>85.214.439</b>
Valor Aplicado Gratuidades – Filantropia	24.769.764	21.311.673
<b>Percentual Aplicado</b>	<b>26,12%</b>	<b>25,01%</b>



Receita	2014	2013
(+) Receita Total	134.665.816	117.476.359
(+) Valores Recebidos dos Anos Anteriores	3.863.833	4.899.489
(-) Deduções	(37.717.399)	(31.344.851)
(-) Inadimplência	(5.972.714)	(5.816.558)
(=) Receita Líquida – Base de Cálculo Gratuidade	94.839.536	85.214.439
(-) Obrigação – 20% sobre a Receita Efetivamente Recebida	(18.967.907)	(17.042.888)
(+) Gratuidade Concedida	24.769.764	21.311.673
<b>(=) Gratuidade Concedida a Maior que a Obrigação</b>	<b>5.801.857</b>	<b>4.268.785</b>

#### NOTA 23 - DEMONSTRATIVO DE BOLSAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR (ENTIDADE COM PROUNI)

A Instituição, em observância à Lei nº 11.096 de 2005, aderiu ao Programa Universidade para Todos – PROUNI, em janeiro de 2012, desde a publicação da Lei, manteve bolsas próprias, projetos educacionais e outros, até 31 de dezembro de 2011.

Demonstramos o cumprimento do artigo 195 da Constituição Federal, da Lei nº 8.212 de 1991, decreto nº 3.048 de 1999, Convênio com o Programa Universidade para Todos – PROUNI, da Lei nº 11.096 de 2005, a regra de 1 (um) aluno gratuito oferecidas no PROUNI, para cada 9 (nove) alunos pagantes.

Informações dos Cursos 2013 e 2014				Bolsas Ofertadas	Bolsas Preenchidas
Nome do Curso	Turno	Ano	Matriculas nas Turmas Iniciais	Bolsas Integrais PROUNI	Bolsas Integrais PROUNI
				Turmas Iniciais	Turmas Iniciais
Administração	Noturno	2013	15	2	2
		2014	16	2	2
Enfermagem	Matutino	2013	10	1	1
		2014	10	1	0
Teologia		2014	45	0	0

A Instituição, em conformidade com o Art. 13-A da Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242 de 2014, oferece bolsas educacionais integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) para alunos de baixa renda fora do PROUNI, comprovadamente em situação de vulnerabilidade social, na forma da Lei (Art. 14 e 15 da Lei nº 12.101 de 2009 alterada pela lei nº 12.868 de 2013), porque as bolsas ofertadas no âmbito do PROUNI não foram totalmente preenchidas.

A Instituição, em observância ao artigo 13-A da lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242 de 2014, para fins de concessão e de renovação da certificação, a entidade que atua na Educação Superior que aderiu ao Programa Universidade para Todos - PROUNI, na forma do caput do Artigo 11 da Lei nº 11.096 de 2005, deverá atender às condições previstas no artigo 13 da Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242 de 2014, que regulamenta que a Instituição deve conceder bolsas de estudo nas seguintes proporções:

- Concede anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes no Ensino Superior;
- Concede no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes no Ensino Superior;



c) Concede bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido.

<b>Educação Superior</b>	<b>Qtde* 2014</b>	<b>Qtde* 2013</b>
Alunos Matriculados da Graduação	225	163
Alunos Matriculados da Pós-graduação	61	76
Alunos com Bolsa Integral – PROUNI	8	4
Alunos com Bolsa Integral - INSTITUIÇÃO	69	83
Alunos Pagantes [Alunos Matriculados (-) Alunos Bolsa Integral]	209	152
Alunos com Bolsa Integral Necessários (Relação 1 para 5) [Alunos Pagantes / 5]	42	31
<b>Saldo Excedente de Alunos</b> (Relação 1 para 5) [Alunos Necessários (-) Alunos com Bolsa Integral]	<b>35</b>	<b>56</b>

**NOTA 24 – DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ENSINO SUPERIOR (ENTIDADE COM PROUNI)**

As aplicações em gratuidades educacionais para os exercícios de 2014 e 2013 no Ensino Superior, foram em conformidade com o artigo 11 da Lei nº 11.096 de 2005 e estão demonstradas a seguir:

<b>Rubricas Contábeis</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Anuidades da Graduação	1.903.995	1.571.701
Anuidade da Pós-graduação	275.790	134.368
Anuidades no Ensino Superior – FIES	362.747	161.671
(-) Bolsas de Estudo - PROUNI	(38.041)	(39.312)
(-) Bolsas de Estudo Integrais - Instituição	(947.939)	(1.037.767)
(-) Bolsas de Estudo Parciais 50% - Instituição	(102.202)	(98.729)
(-) Desconto Incondicionais	(32.125)	(70.587)
<b>Receita Líquida – Base de Cálculo Gratuidade</b>	<b>1.422.225</b>	<b>621.345</b>
Valor Aplicado Gratuidades – Filantropia	1.088.182	1.175.808
<b>Percentual Aplicado</b>	<b>76,51%</b>	<b>189,24%</b>

<b>Receita</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
(+) Receita Total	2.542.532	1.867.740
(-) Deduções	(1.120.307)	(1.246.395)
(=) Receita Líquida – Base de Cálculo Gratuidade	1.422.225	621.345
(-) Obrigação – 20% sobre a Receita Efetivamente Recebida	(284.445)	(124.269)
(+) Gratuidade Concedida	1.088.182	1.175.808
<b>(=) Gratuidade Concedida a Maior que a Obrigação</b>	<b>803.737</b>	<b>1.051.539</b>

Curitiba, 31 de dezembro de 2014.

Carlos Alberto Blotz

**Contador**

CRC/PR 047958/O-1

CPF 019.579.789-29

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria da  
INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO  
Curitiba – PR

1. Examinamos as demonstrações financeiras da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do Superávit ou Déficit, das Mutações do Patrimônio Social e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2. A Administração da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO em 31 de Dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



## OUTROS ASSUNTOS

7. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 24 de Março de 2014, o qual não conteve qualquer modificação.

Porto Alegre, 29 de abril de 2015

Nilton Antonio Tiellet Borges  
Contador CRC RS-015233/O-8 S-PR - CNAI 81  
Registro CVM Ato Declaratório 5417, DOU 14/05/99 - Código CVM 7722  
CPF 005.449.140-15

Mauro Schmitt Soares  
Contador CRC RS-084055/O-5 S-PR  
CPF 280.474.350-00

TSA Auditores Associados Sociedade Simples  
CRC RS-004240/O-1 S-PR  
CNPJ 05.750.330/0001-18



## DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes

Após exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, bem como do Relatório da TSA Auditores Independentes, a diretoria declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria Independente emitido pela TSA Auditores Associados.

Curitiba, 31 de dezembro de 2014.

Marlinton Souza Lopes  
**Presidente**

Evandro Carlos Fávero  
**Diretor**

Davi Contri  
**Administrador**